[Recensão a] Nicolae Branga, Urbanismul Daciei Romane

Autor(es): Mantas, Vasco Gil

Publicado por: Imprensa da Universidade de Coimbra

URL persistente: URI:<http://hdl.handle.net/10316.2/45558>

DOI: DOI:https://dx.doi.org/10.14195/1647-8657_29_16

Accessed : 26-Apr-2023 13:16:09

A navegação consulta e descarregamento dos títulos inseridos nas Bibliotecas Digitais UC Digitalis, UC Pombalina e UC Impactum, pressupõem a aceitação plena e sem reservas dos Termos e Condições de Uso destas Bibliotecas Digitais, disponíveis em <https://digitalis.uc.pt/pt-pt/termos>.

Conforme exposto nos referidos Termos e Condições de Uso, o descarregamento de títulos de acesso restrito requer uma licença válida de autorização devendo o utilizador aceder ao(s) documento(s) a partir de um endereço de IP da instituição detentora da supramencionada licença.

Ao utilizador é apenas permitido o descarregamento para uso pessoal, pelo que o emprego do(s) título(s) descarregado(s) para outro fim, designadamente comercial, carece de autorização do respetivo autor ou editor da obra.

Na medida em que todas as obras da UC Digitalis se encontram protegidas pelo Código do Direito de Autor e Direitos Conexos e demais legislação aplicável, toda a cópia, parcial ou total, deste documento, nos casos em que é legalmente admitida, deverá conter ou fazer-se acompanhar por este aviso.

FACULDADE DE LETRAS
INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA

CONIMBRIGA

VOLUME XXIX

UNIVERSIDADE DE COIMBRA

1990

Nicolae BRANGA, *Urbanismul Daciei Romane*, Timisoara, Editura Facia, 1980, 211 p., 109 fig., 3 tab., 1 mapa.

O conhecimento das realidades da romanização da Dácia, região coincidente *grosso modo* com a actual Roménia, é ainda bastante limitado no Ocidente. Esta situação, resultante de circunstâncias diversas, em parte de natureza política, permanece em larga medida, quer devido ao difícil acesso à bibliografia romena, quer ao problema da língua. Diremos desde já que se trata de um cenário injusto, considerado o impressionante esforço realizado pelos historiadores e arqueólogos romenos, reflectido numa bibliografia muito numerosa e de assinalável qualidade, e tendo em conta que se trata de uma nação latina, merecedora da atenção e da solidariedade dos restantes representantes da mesma herança cultural. Na realidade, a análise do processo de romanização da Dácia revela-se extremamente interessante por se tratar de um fenómeno de aculturação bem documentado e de tal maneira vigoroso que, embora limitado a seis ou sete gerações, determinou uma identidade cultural cuja sobrevivência chega a ser considerada como um milagre histórico (G. I. Brătianu, *Une énigme et un miracle historique: le peuple roumain*, Bucarest, 1988).

As razões apresentadas parecem-nos suficientes para justificar esta recensão, ainda que a obra de Nicolae Branga, à qual só tivemos acesso em 1989, tenha sido publicada em 1980. Se às referidas razões acrescentarmos o indiscutível interesse das matérias versadas neste pequeno volume diremos que a sua divulgação entre nós constitui uma tarefa inadiável, desejando que possa suscitar o aparecimento de estudos semelhantes.

O título da obra não sugere a variedade de assuntos nela discutidos, pois está longe de se limitar a uma síntese do que foi o urbanismo romano na Dácia nos anos que medeiam entre a conquista de Trajano e a evacuação de Aureliano, uma vez que o autor dedica especial atenção aos problemas relacionados com a produção e consumo de materiais de construção. É particularmente importante o exaustivo estudo dos estabelecimentos produtores de materiais cerâmicos (*figlinae* e *officinae*), muito numerosos e que Branga relaciona directamente com a urbanização do território, na qual integra, como escalão mais simples, as próprias *villae*, considerando-as como modelos da arquitectura, da maneira de viver e da economia romanas, através das quais o mundo rural recebeu os elementos fundamentais da civilização urbana.

A apresentação gráfica do volume é de qualidade acima da média, embora uma ou outra ilustração acuse falta de clareza, como acontece em particular com o mapa inserido entre as páginas 112 e 113. A obra compreende uma nota introdutória, três partes contando com vários capítulos, uma lista de abreviaturas bibliográficas, notas, índice ideográfico, um breve resumo em alemão (p. 207-210) e um índice geral. Na nota introdutória (p. 5-6) Branga chama a atenção para a riqueza arqueológica da Dácia — *un cimp ineputabil de studiu* — considerando a necessidade de novos estudos sobre a vida económica, sócio-política e cultural da Dácia romana devido aos numerosos dados recolhidos a partir de meados deste século. Destacando o carácter vincadamente urbano da civilização romana, o autor propõe um método de trabalho baseado sobretudo no estudo dos materiais produzidos nos telhais privados, directamente relacionados com o desenvolvimento dos centros urbanos. As 920 notas incluídas na obra (p. 175-203), nem sempre fáceis de consultar devido ao sistema de referências utilizado, constituem prova inequívoca da amplitude do trabalho efectuado pelo arqueólogo romeno.

A primeira parte da obra intitula-se *Urbanizarea si urbanistica* (p. 8-81) subdividindo-se em dois capítulos dedicados, respectivamente, aos antecedentes dácicos (p. 8-14) e ao contributo romano no campo da urbanização e do urbanismo (p. 14-81). Em relação ao período pré-romano Branga refere as características gerais do povoamento, semelhantes às que os Romanos encontraram na Europa Central e Ocidental, não existindo mais do que um urbanismo incipiente nos centros tribais (*oppida*), com um esboço de divisão tripartida do espaço compreendendo um sector privado, um sector público e um sector sacro, apesar de no período de Burebista (séc. I a. C.) e no de Decébalo (séc. I-II) se ter verificado incremento da construção em pedra e até, em casos pontuais, o recurso ao *opus latericium* e ao *opus signinum* romanos (p. 11). Ao tratar do contributo romano, Branga afirma que a época da presença romana na Dácia (106-271) corresponde ao apogeu do processo de urbanização do Império (p. 15). Correcta em relação às regiões fronteiriças do Reno e do Danúbio esta afirmação deve ser atenuada para as regiões do Império com características menos continentais, onde o processo começa a declinar a partir dos Antoninos.

Segundo o autor, a implantação dos estabelecimentos romanos na Dácia, nomeadamente das cidades, foi largamente condicionada numa primeira fase pela prosperidade dos solos e dos subsolos tanto como depois o foi pelo traçado das grandes vias e pela navegabilidade dos rios. Cidades como *Apulum* ou a capital romana da Dácia, *Colonia Dacica Sarmizegetusa*, provam-no ampiamente, evidenciando a capacidade romana para promover um urbanismo racional e pragmático: *In Dacia aces te doua criterii, pozitia niñera si vâlelele materiale ale paminturilor alese ca loe de catate, pune in evidenta neintrecuta lor vocatie de citori de orase* (p. 16). O sentido do terreno demonstrado pelos Romanos na implantação dos centros urbanos na Dácia explica que a muitos tenham sucedido cidades e povoações romenas, ainda que, como reconhece Branga, alguns dos estabelecimentos romanos correspondam a sítios já ocupados antes da conquista de Trajano. Trata-se de uma situação normal, comprovada em muitas outras regiões do Império, nomeadamente no território português. O problema da continuidade é, por outro lado, um dos mais complexos da história romena, pelo que gostaríamos que Branga tivesse dedicado alguma atenção ao destino das cidades depois da evacuação da Dácia em 271, ainda que o assunto ultrapasse os limites da temática escolhida pelo autor, cidades onde os testemunhos arqueológicos sugerem um desaparecimento gradual da vida urbana, nomeadamente em *Sarmizegetusa*, *Apulum*, *Napoca*, *Potaissa*, *Ampelum* e *Porolissum* (Brátianu, p. 178, 222).

Particularmente interessantes são as páginas consagradas por Branga ao quadro social e jurídico da urbanização da Dácia (p. 18-27), destacando que, com excepção de *Colonia Dacica Sarmizegetusa*, fundada de acordo com o ritual tradicional em 108 ou 110 pelo legado imperial *D. Terentius Scaurianus*, todas as restantes cidades da Dácia ascenderam ao estatuto de município ou de colónia gradualmente. Assim sucedeu com a segunda colónia estabelecida na província, *Napoca* (Cluj), inicialmente um simples *vicus*, promovido a município por Adriano e a colónia por Marco Aurélio. A presença de elementos militares muito numerosos constitui um factor determinante da rápida romanização da Dácia, reflectindo-se na urbanização acelerada do território. Branga não esquece este aspecto fundamental: *Daca Ulpia Troiana Sarmizegetusa si Napoca au avut caracter strict civil, toate celelalte orase din Dacia au aparut si s-au dezvoltat in vecinatatea castralor* (p. 21). Com efeito, todas as cidades, à excepção das referidas colónias, se desenvolveram na vizinhança de estabelecimentos militares mais ou menos importantes, por vezes

situados junto a sítios daco-getas, como demonstram os topónimos. A promoção jurídica de algumas destas cidades apresenta aspectos curiosos e não é isenta de problemas, em larga medida relacionados com a cronologia dos diferentes estatutos e com as circunstâncias em que se verificou a sua concessão. Teria sido útil a inclusão de um quadro ou de um mapa em que se representasse a evolução jurídica das diversas cidades, de forma a mais facilmente se apreender o sentido e os ritmos da urbanização da Dácia, na base da qual se encontravam indiscutivelmente as comunidades organizadas à romana, situadas numa hierarquia urbana de acordo com o grau de desenvolvimento atingido. Na Dácia, o apogeu da criação de cidades romanas corresponde ao período de governo de Septímio Severo, imperador que concedeu o estatuto colonial a *Drobeta*, *Potaissa* e, provavelmente, *Romula-Malva* (citada como colónia num diploma militar de 230), e o estatuto municipal a *Potaissa* (depois promovida a colónia), *Porolissum*, *Ampelum*, *Tibiscum*, *Apulum* e *Dierna*, além de ter alterado a designação oficial da colónia de *Apulum* devido à criação de um município na mesma comunidade urbana (*Apulum* II). Esta vitalidade reflecte, por um lado, o começo tardio da romanização e, por outro, uma situação de real progresso, resultante em parte da exploração metódica das riquezas mineiras, agrícolas e pecuárias. Todavia, esta transformação de *vici* e *canabae* em municípios e colónias resulta em primeiro lugar da presença de um numeroso exército acantonado quer na Dácia propriamente dita quer na Mésia, fonte regular e quase inesgotável de novos colonos. Esta circunstância marcou profundamente a sociedade urbana, apesar de a colonização ter contado também com elementos grego-orientais, dalmatas e ilírios, muitos dos quais, não o esqueçamos, também ex-militares: *Antononia cetate-castru dispare, armata contribuind astfel din plin la processui urbanizara provinciilor* (p. 24). Se compararmos a situação verificada na Dácia sob os Antoninos e os Severos com o abrandamento da criação de cidades romanas noutras regiões do Império, não podemos deixar de relacionar tal facto com a fraca presença militar nessas regiões, caso da Península Ibérica, onde a concessão do *Latium minus* por Vespasiano poderá corresponder a uma tentativa de atenuar as consequências negativas da retirada das legiões IV Macedónica, VI Victrix e X Gemina.

A análise dos aspectos jurídicos da urbanização referidos por Branga leva-nos a formular algumas observações. Começemos pelo problema da data atribuída à concessão do estatuto municipal a *Romula*, que Branga considera posterior a 167 enquanto que D. Tudor a situa sob o principado de Adriano (p. 22-23). A data proposta pelo autor resulta da referência numa inscrição encontrada em Sevilha (*CIL* II 1180) a um *S. Iulius Possessor*, que exerceu entre 161 e 167 o cargo de *curator civitatis Romulensium Malvensium*, partindo do princípio que o termo *civitas* designa um estatuto não municipal (H. Nesse-lhauf, *S. Iulius Possessor*, “Madrider Mitteilungen”, 5, 1964, p. 180-184). Ainda que consideremos a designação *civitas* como indicadora de um estatuto paramunicipal, como decerto aconteceu no território lusitano e, sistematicamente, na Dácia, julgamos necessário atenuar a conclusão de Branga. Com efeito, na Península Ibérica parece ter havido uma certa ambiguidade na utilização dos termos *civitas* e *municipium*, talvez equivalentes no século II, como se pode deduzir da inscrição da ponte de Alcântara (*CIL* II 760), onde se enumeram *municipia* que alguns anos depois continuam a ser designados localmente por *civitates*, como, por exemplo, na inscrição em honra de Adriano dedicada pela *Civitas Ar avorum* (*CIL* II 429). Assim, não é totalmente impossível que *Romula*, tal como *Napoca*, tenha recebido o estatuto municipal de Adriano. Outro caso interessante é o de *Porolissum*, cidade que se desenvolveu a partir de um estabelecimento do tipo *vicus-canabae* herdeiro de uma povoação dáica, promovida a município por Septímio Severo.

Numa inscrição é denominada *res publica municipii Septimii Porolissensium* o que nos leva a reflectir sobre o termo *res publica*. Se a este não for atribuído nenhum significado especial, como por vezes se defende, pouco há a dizer. Porém, se tivermos em conta outras interpretações menos expeditas (J. González, *Los municipia civium Romanorum y la Lex irnitana*, “Habis”, 17, 1986, p. 221-225), podemos admitir que o termo se aplica a centros urbanos englobando comunidades populacionais com estatutos diferenciados, situação perfeitamente possível em *Porolissum*, cidade onde os contactos entre militares e indígenas tiveram particular importância. Extremamente interessante é o caso de *Apulum* (Alba Iulia), cidade constituída por dois núcleos habitacionais com estatutos diferentes, desenvolvidos em função do campo da legião XIII Gemina. Na época de Septímio Severo a cidade era constituída pela *Colonia Aurelia Apulensis* ou *Colonia Nova Apulensis* (*Apulum* I) e pelo *Municipium Septimium Apulense* (*Apulum* II), situado a cerca de uma milha da colónia. Esta curiosa situação recorda a de certas cidades do *limes* renano e danubiano, constituídas por dois sectores separados, um militar e um civil, tal como *Aquincum* (Buda). A interpretação de sítios como *Scallabis Praesidium Iulium* (Santa-rém) poderá, segundo julgamos, ganhar novo impulso através da análise de situações como a de *Apulum*.

Um facto referido por Branga e que nos parece muito significativo quanto à evolução da romanização é o que se relaciona com as alterações territoriais provocadas pela promoção jurídica de centros urbanos anteriormente integrados no espaço de outras cidades. Assim, o *territorium* de *Colonia Dacica Sarmizegetusa* foi repartido, na segunda metade do século II, pelos novos municípios de *Tibiscum*, *Ampelum* e *Apulum*. Por outro lado, algumas cidades não possuíam território rural, como sucedeu com o município de *Dierna*, circunstância resultante da forma como surgiu a cidade e do tipo de funções que desenvolveu, prioritariamente de ordem militar, económica e administrativa. Em regiões onde a urbanização romana conheceu diversos ritmos, como na Lusitânia, o exemplo da Dácia aconselha uma abordagem prudente da geografia política, sobretudo quando as fontes escritas e epigráficas se revelam insuficientes para o período em que decorre o processo de criação de cidades de estatuto romano. Ainda que num ou noutro ponto o autor não tenha desenvolvido os aspectos relacionados com a evolução jurídica dos estabelecimentos urbanos, a presente síntese revela-se da maior utilidade para os investigadores interessados na matéria, permitindo desenvolver novas hipóteses de trabalho.

Branga trata seguidamente de aspectos concretos do urbanismo na Dácia, começando por comentar o problema da continuidade de ocupação dos sítios daco-getas, concluindo que os grandes centros tribais tipo *dava* foram substituídos por novos estabelecimentos, uma vez que eram incompatíveis com a estrutura sócio-económica introduzida pelos Romanos, enquanto que os estabelecimentos rurais correspondentes a topónimos terminados em *vissa*, sufixo considerado equivalente a *vicus*, foram ocupados na época romana, contribuindo decisivamente para a implantação e sobrevivência da romanidade depois de 271: *Dupa ruralizarea oraselor in perioda post aureliana, lumea satelor ramine cadmi social unie al romanitatii Daciei* (p. 28). Voltaremos a esta afirmação, que não consideramos, face aos testemunhos arqueológicos, exagerada. O autor traça-nos um quadro metódico das características urbanísticas dos grandes centros populacionais e da sua influência sobre os territórios rurais dependentes. Limitar-nos-emos a referir alguns aspectos e a comentar uma ou outra afirmação de Branga, em especial quanto ao desenvolvimento topográfico e demográfico das cidades. Se *Colonia Dacica Sarmizegetusa*, a única cidade a ser fundada *ex-nihilo*, corresponde perfeitamente ao modelo do urbanismo

ortogonal romano, muito influenciado neste caso pelo traçado dos campos militares imperiais, como o de *Novaesium* (Neuss), a maioria das cidades dácias mostra um desenvolvimento urbanístico desordenado. Um caso curioso é o de *Napoca*, cuja estrutura urbana geral repete a de *Sarmizegetusa*. Como a cidade se desenvolveu a partir de um *vicus* julgamos, todavia, que o traçado regular do *cardo* e do *decumanus*, assim como a construção da muralha, remontam à concessão do estatuto municipal sob Adriano. As restantes cidades conheceram uma evolução natural, ditada pelos condicionalismos topográficos, vias existentes, funções preponderantes e presença de campos militares e de estabelecimentos tipo *vicus* ou *canabae*. Branga reconhece que, em muitos casos, se conhece mal o urbanismo antigo, devido às destruições verificadas ao longo do tempo ou à continuidade de ocupação que dificulta ou impede as escavações. Se recordarmos o aqueduto e o grande complexo termal de *Apulum* II e os anfiteatros de *Colonia Dacica Sarmizegetusa*, *Porolissum* e *Micia*, por exemplo, verificamos que o urbanismo romano na Dácia exprime as mesmas preocupações de utilidade pública que o caracterizam! em toda a parte, afirmando ainda o fundamento francamente ocidental da colonização, apesar de os anfiteatros não serem tão raros na zona oriental do Império como se tem pretendido. São muito interessantes as estruturas urbanas de *Romula*, constituída por duas zonas fortificadas unidas por uma ponte sobre o rio Teslui, *Dierna*, uma cidade-porto estabelecida ao longo do Danúbio, e *Ampelum*, uma cidade directamente relacionada com as minas de ouro dos Montes Apuseni, caracterizada pela existência de pequenos núcleos habitacionais dispersos, ainda mal conhecidos. Da exposição de Branga fica-nos a ideia de que a urbanização da Dácia se desenvolveu a partir de pequenos estabelecimentos populacionais, por vezes de carácter ácentuadamente rural, o que constitui realmente uma originalidade notável. No nosso território, por exemplo, *Vipasca* ou o *vicus* industrial de Tróia nunca ultrapassaram essa situação e muitas das *civitates* ascenderam apenas por motivos administrativos, o que está longe de se ter verificado na Dácia.

Em relação à análise do urbanismo efectuada por Branga há dois aspectos acerca dos quais não podemos deixar de exprimir dúvidas. Com efeito, a pretendida organização tripartida do espaço em *Colonia Dacica Sarmizegetusa* e em *Porolissum*, baseada em áreas definidas pela presença do anfiteatro e anexos, santuários e espaço urbano propriamente dito, os contraria as normas do urbanismo romano, parecendo relacionar-se directamente com modelos helenísticos. O segundo aspecto em causa prende-se com a população atribuída a *Colonia Dacica Sarmizegetusa* (20000 habitantes) e a *Apulum* (40000 habitantes). Tais números parecem-nos exagerados. Considerando que o anfiteatro de *Sarmizegetusa* tinha capacidade para um máximo de 6000 espectadores e que o teatro de *Thamugadi* (Timgad), cidade africana que Branga compara com a capital da Dácia, comportava um máximo de 4000, cifra correspondendo *grossa modo* à população urbana (M. Wheeler, *Roman Art and Architecture*, Londres 1964, p. 50-51), julgamos que o número de habitantes de *Colonia Dacica Sarmizegetusa*, cidade um pouco maior que *Thamugadi* (p. 29-31), não ultrapassaria os 10000; da mesma forma, a população de *Apulum*, mesmo contando com os militares, não atingiria o número proposto por Branga, ainda que as características especiais desta cidade, a maior da Dácia, e a insuficiente escavação dificultem os cálculos demográficos, sempre difíceis.

Ao tratar do espaço rural das cidades Branga destaca a existência de *villae suburbanae* e de *villae rusticae*, a maior parte das quais pertencia à aristocracia urbana e a colonos, sobretudo veteranos. A base económica das *villae rusticae*, quase sempre de arquitectura muito simples, combinava frequentemente actividades agrícolas e industriais. Em relação

às primeiras não queremos deixar de destacar a presença da viticultura, certamente muito rendível, confirmada pelo autor através de escavações na *villa rustica* de Apoldu de Sus, no território de *Apulum*, particularmente estudado por Branga e onde em 1980 se conheciam 16 *villae rusticae* (p. 44). Além da descrição minuciosa da escavação de Apoldu de Sus, cujas estruturas correspondem a um estabelecimento tipo casal agrícola, circunstância já reconhecida noutras zonas da Roménia (V. Baumann, *Ferma romaria din Dobrogea Tulcea*, 1983, p. 93-146), Branga refere a importância dos *pagi*, relacionados com uma economia baseada pecuária e na agricultura ou em actividades mais especializadas: explorações de sal (Salinae); pedreiras (Amptoita); águas termais (Germisara). O desenvolvimento urbanístico de alguns destes centros está bem representado no território de *Colonia Dacica Sarmizegetusa*, por exemplo, onde o *Pagus Miciensis* (Vetel-Deva) dispunha de um anfiteatro (p. 35-36). O caso mais exemplar é, todavia, o de *Sucidava*, povoação transformada no século III numa autêntica cidade (p. 77-79).

Ainda na região de *Apulum*, o autor escavou uma das três estações viárias aí conhecidas, resolvendo o problema da localização de *Sucidava* (Mercurea-Albele), na via *Apulum-Romula*. Apesar de muito destruída, esta *mansio* constitui um interessante exemplo deste tipo de estabelecimento viário. Consta de três edifícios separados, construídos segundo o eixo da via: o edifício da estalagem, as termas e uma torre de vigia hexagonal (p. 53-62). Pena foi que o autor não tivesse desenvolvido o tema da rede viária, apesar de frequentes referências dispersas no texto. Os trabalhos de campo de Branga contribuirão! para reforçar a tese da permanência de uma população romanizada no meio rural depois de 271. Em Apoldu de Sus houve reconstrução nos inícios do século IV e em Mercurea-Albele uma moeda de Valente prova que as termas ainda funcionavam na segunda metade do século IV.

Na segunda parte da obra, intitulada *Industria tegulara* (p. 83-122), o autor dedica-se a uma exaustiva análise dos materiais de construção utilizados na Dácia, tratando especialmente dos materiais líricos e dos materiais cerâmicos, sem esquecer outros, como o vidro, que considera de fabrico local. Descreve-nos em pormenor as produções dos telhais civis dácicos num trabalho pioneiro em que enumera 284 localidades onde se encontraram materiais cerâmicos (tab. 1, p. 104-112), catalogando-os cuidadosamente, passando depois à descrição de aspectos técnicos, como a escolha das argilas e o calendário da produção, nomeadamente o das operações de secagem, com as quais estarão relacionadas as numerosas marcas de animais domésticos e ferozes (lobos) patentes nestes materiais. A este respeito não consideramos as marcas deixadas por cães como testemunhos de um ritual em honra de *Silvanus*, como foi proposto há alguns anos e parece ser aceite pelo autor (p. 116). Branga transcreve igualmente os resultados do estudo do único forno de telhai civil escavado na Dácia, pertencente a *M. Servius Donatus*, o qual só produzia materiais de construção. As páginas dedicadas à organização do trabalho e ao regime de propriedade são muito importantes pelas sugestões que apresentam. O pessoal era certamente numeroso e a especialização limitada a um grupo-restrito. Sobre os salários praticados, embora o *Édito do Máximo* se lhes refira (*Edictum de pretiis rerum venalium*, VII, 15, 16), pouco se pode avançar, pois a brutal inflação verificada entre o século II, período para o qual existem algumas referências a preços na Dácia (um cavalo valia 5 denários enquanto que uma escrava ascendia a 205 denários), e o século IV não permite quaisquer aproximações. O mesmo não sucede em relação ao número médio diário de peças produzidas, 220, que parece constante em todo o mundo romano. Referenciado na Panónia (*CIL* III 11378- - LI 385) e talvez em *Sucidava* (p. 118), encontramos-lo de novo em *Conimbriga* onde um

grafito executado antes da cozedura indica a cifra 223 (*Fouilles de Conimbriga*, II, p. 166, n.º 369), testemunho não indicado por Branga. O autor concede grande atenção à teoria proposta por J. Chauffin para explicar alguns dos símbolos gravados nos materiais cerâmicos, normalmente traçados com os dedos logo a seguir à moldagem, como símbolos relacionados com o ritmo de produção e, provavelmente, como marcas de controlo de qualidade (J. Chauffin, *Les tuilles gallo-romaines du Bas-Dauphiné*, “Gallia”, XIV, 1956, p. 81-88). Considera que cada equipa de trabalho era constituída por seis homens, hipótese que desenvolve a partir de uma inscrição de *Drobeta* que indica o soldado *Aurelius Mercurius* como *magister* de um grupo de 60 soldados destacados para a *figlina* na unidade local (p. 117, 119-120). De acordo com a proposta de Branga, que nos parece aceitável, os homens de *Mercurius*, divididos em 10 equipas, produziram 13200 peças por dia de trabalho. Qualquer cálculo de produtividade para além deste número é arriscado, uma vez que escapa à possibilidade de confirmação. A uniformidade verificada em todo o Império na média de produção diária e nas marcas digitais confirma a existência de uma indústria normalizada, o que se relaciona quer com o pragmatismo organizador romano quer com a tecnologia disponível na época, bem patentes na obra de Branga. O autor termina esta parte do seu trabalho referindo sumariamente a comercialização e transporte dos materiais cerâmicos, bem como a localização dos fornos, preferencialmente junto às estradas e perto de rios navegáveis, ao que não foram estranhas certas associações de transportadores, como o *collegium nautarum* de Apulum. O problema das matérias primas e do combustível para os fornos parece não ter pesado na escolha dos locais de fabrico, talvez devido à sua abundância, mas a existência de materiais com marcas de patas de lobo prova que alguns desses locais se situavam em zonas pouco urbanizadas. Infelizmente Branga não foca este aspecto a não ser muito ligeiramente (p. 121). O autor analisa ainda os termos *figlina* e *officina*, atribuindo ao primeiro um sentido jurídico relacionado com a propriedade da manufatura e considerando que uma *figlina* podia contar com várias *officinae*, eventualmente alugadas aos *officinatores* pelo *dominus*, terminando por atribuir a categoria de autêntica indústria à produção dos telhais (p. 121-122), afirmação perfeitamente justificada tendo em conta as características e exigências da arquitectura romana.

A terceira parte da obra intitula-se *Figline si officine civile* (p. 123-166), contando com um catálogo de estampilhas, uma análise da composição étnica e social do grupo de proprietários (*domini*) e mestres (<*officinatores*) da indústria civil de cerâmica de construção na Dácia e uma breve referência a problemas de cronologia. Em relação às estampilhas, Branga começa por passar em revista o tipo utilizado na Dácia, conforme com o modelo rectangular próprio dos ambientes provinciais, por vezes molduradas ou ostentando *tabulae ansatae*. A informação do autor de que no território da província apenas se conhece uma estampilha circular, certamente de origem itálica mesmo que relacionada com uma sucursal (p. 132-133), leva-nos a atribuir a mesma origem à estampilha circular referenciada em Milreu (*CIL* II 6252⁹), testemunhando um frete de retomo ou a presença de uma sucursal. Branga reconhece a impossibilidade de datar os materiais a partir das características das estampilhas, assim como de proceder a cálculos de produtividade por falta de dados seguros, como já referimos. Antes de apresentar o catálogo com as 52 estampilhas civis conhecidas na Dácia, o autor refere-se aos problemas epigráficos que dificultam as leituras de textos que se resumem a siglas ou abreviaturas, por vezes com nexos. Para resolver esta dificuldade Branga recorreu, naturalmente, à antropometria da cidade de onde provêm as estampilhas. Este método parece-nos bastante razoável, inde-

pendentemente dos problemas que o autor reconhece ainda prejudicarem o conhecimento da estrutura onomástica da província, os quais num ou noutro caso tomam a reconstituição apenas provável. Este método permite também datar determinadas construções, nomeadamente nas zonas rurais dependentes, através do que podemos designar como sincronismo. O catálogo encontra-se organizado por cidades, com as estampilhas reproduzidas em bons desenhos na escala 1/2. *Colonia Ulpia Traiana Dacica Sarmizegeiusa* concorre com 23 estampilhas, *Napoca* com 4, *Dr obeta* com 2, *Apulum* com 5, *Romula* com 5, *Tibiscum* com 7, *Dierna* com 2, *Ampelum* com 1 e *Sucidava* com 2. O predomínio de *Colonia Dacica Sarmizegeiusa* resulta das características civis da colônia, isenta da concorrência das produções militares, muito nítida, por exemplo, em *Apulum* e, sobretudo em *Potaissa* e *Porolissum*. Uma das marcas da capital dácia, onde 14 delas referem *tria nomina*, pertence a um *M. Turranius Fronto* (?), membro da *ordo decurionum* da cidade, situação que nos recorda a de *C. Turranius Rufus*, de Conimbriga (*Fouilles de Conimbriga*, II, p. 91-93, 99). Atendendo à origem indiscutivelmente romana do gentilício e do cognome proposto na reconstituição (W. Schulze, *Zur Geschichte lateinischer Eigennamen*, Berlim, 1990, p. 429, 446; I. Kajanto, *The Latin Cognomina*, Helsínquia, 1965, p. 17, 26, 118, 236) não compreendemos por que razão Branga o considera oriundo do Oriente, ainda que alguns *Turranii* dácicos sejam gregos orientais (p. 136-137). Atendendo aos locais onde se encontraram, e considerando a diversidade de estampilhas, julgamos, ao contrário do que o autor defende, que as marcas I. VAL, C. I. V. e C. I. VAL. pertencem todas a uma única *figlina* de *Sarmizegeiusa* pertencente a *C. Iulius Valerius* (CIL III 8075^{ldh}). Em *Colonia Dacica Sarmizegeiusa* e em *Ampelum* ocorre a indicação R(es) P(*uplica*), reflectindo manufacturas autárquicas (p. 137-138, 156-157).

Ao analisar a estrutura sócio-étnica desta indústria dácia o autor destaca que a produção era controlada pela aristocracia urbana, representada em larga medida por colonos itálicos. Assim, por exemplo, em *Sarmizegeiusa* sete decuriões eram proprietários de *figlinae* e, num total de 53 estampilhas, 49 descontando as manufacturas públicas, 25 ostentam *tria nomina*. Apenas 12 estampilhas referem um único nome, provavelmente relacionadas com peregrinos e libertos, quase todos trabalhando em *officinae* alugadas: *Ambiurus*, *Asclepius*, *Atenus*, *Graecinus*, *Lerus*, *Arrius* (?), *Aurelius*, *Fanius*, *Ianuarius*, *Iulius*, *Marcus* e *Vincentianus* (p. 161-162). Os problemas de transporte, assim como o desenvolvimento acelerado da urbanização e dos seus comprovados reflexos sobre o meio rural levaram ao aparecimento de sucursais, sempre que não era possível rentabilizar o transporte fluvial, como fez *P. Aelius Terentianus*, de *Apulum* (p. 144-146). O desenvolvimento atingido pelos telhais ficou a dever-se, fundamentalmente, aos elementos itálicos e danubianos romanizados, verificando-se, uma vez mais, que é muito reduzida a presença de gregos orientais. Temos que ter em conta, naturalmente, o processo de assimilação, sem esquecer que é necessário algum tempo para obliterar a onomástica indígena. É provável que os gentilícios *Aelius* e *Aurelius*, muito bem representados na Dácia e ocupando o primeiro lugar na indústria cerâmica (5 *domini* e 4 *officinatores*), se relacionem, nalguns casos, com indígenas romanizados, como sucede, por exemplo, com a maior parte dos *Iulii* peninsulares. Todavia, a presença de um *Aurelius Belzeius* e de um *M. Aurelius Syrus* sugere prudência neste caso.

O predomínio das produções urbanas não impediu o aparecimento de telhais no meio rural, sem qualquer prejuízo para a qualidade e diversidade dos materiais produzidos, ainda que muitas vezes esta produção não fosse estampilhada, uma vez que não se destinava a servir uma economia de mercado nem a ser utilizada, como frequentemente acon-

teceu nas cidades, nas construções relacionadas com os *munera* decorrentes do desempenho de cargos públicos ou com acções de evergetismo. Foi pena que o autor não tivesse indicado quais os produtores cujas estampilhas ocorrem também em cerâmica doméstica e em ânforas, dado que nem sempre telhais e olarias se distinguiram em termos de produção, como se verifica, por exemplo, através de diversas estampilhas algarvias (M. L. Pereira, *Marcas de oleiros algarvios do período romano*, “O Arqueólogo Português”, série III, VII-IX, 1974-1977, p. 243-268).

A obra de Branga constitui um importante contributo, quer para o estudo dos problemas do urbanismo no mundo romano, quer, muito especialmente, para o conhecimento da indústria de materiais de construção. Com efeito, recorrendo aos testemunhos da cultura material que constituem a base da investigação arqueológica e interpretando-os num contexto mais lato, histórico e cultural, Branga transmite uma imagem inesperada do processo que integrou a Dácia na romanidade. Uma das causas da sobrevivência, em condições difíceis, das raízes lançadas por 165 anos de presença romana reside no êxito da urbanização e dos seus reflexos no meio rural, tanto mais que, como destaca o autor, o carácter explorador do domínio romano na Dácia foi particularmente atenuado por uma intensa actividade construtora, em grande parte orientada no sentido da utilidade pública. Toma-se assim mais fácil compreender a tenaz resistência da latinidade a norte do Danúbio, essa mesma resistência à adversidade quotidiana que caracteriza o mundo rural nas obras de Creanga e de Eminescu.

VASCO GIL MANTAS

Maria de los Angeles MAGALLÓN BOTAYA, *La red viaria romana en Aragon*, Diputación General de Aragón, Saragoça, 1987, 305 p., ilustrado.

Os trabalhos de investigação sobre a rede viária romana da Península Ibérica, apesar das numerosas dificuldades que os caracterizam! e das circunstâncias ingratas em que frequentemente se desenvolvem, contam com uma tradição já centenária, em parte alicerçada em publicações de grande qualidade. Todavia, os estudos realizados até há uma vintena de anos não conduziram senão a resultados limitados, sujeitos a revisões mais ou menos radicais. A publicação da tese de Roldán Hervás sobre a via Mérida-Astorga (J. Roldán Hervás, *Iter ab Emérita Asturicam. El camino de la Plata*, Salamanca, 1971) representou o ponto de partida para um novo período da arqueologia da rede viária romana, cujos progressos e hesitações facilmente se detectam nas comunicações apresentadas no Simpósio efectuado em Tarazona em 1987 (*Actas del Simposio sobre la Red Viaria en la Hispania Romana*, Saragoça, 1990). Numa época em que o estudo da romanização se alarga a novos temas, ganhando simultaneamente em profundidade e espírito crítico, o renascimento dos estudos viários corresponde a uma necessidade fundamental, considerando os aspectos políticos, económicos, sociais e culturais relacionados com as funções desenvolvidas pelas estradas romanas, definitivamente reconhecidas como mais que simples vias militares.

O volume que vamos analisar constitui um bom exemplo da renovação dos estudos viários peninsulares, reflectindo os progressos alcançados e os factores que os limitam. A rede viária estudada por Maria de los Angeles Magullón Botaya corresponde a uma das zonas mais importantes sob o ponto de vista das comunicações antigas da Península